CC BY NC SA

Corpos falantes no plano desejante: uma cartografia da pegação no Plano Piloto (Brasília)[1]

Yuri da Costa, Eduardo Rocha Lima, Silvia Badim Marques

COSTA, Yuri da; LIMA, Eduardo Rocha; MARQUES, Silvia Badim. Corpos falantes no plano desejante: uma cartografia da pegação no Plano Piloto (Brasília). *Thésis*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, e 727, set. 2026

data de submissão: 15/05/2026
data de aceite: 15/09/2026

DOI: 10.51924/revthesis.2026.v11.727

Yuri da COSTA
Universidade de Brasília; Programa de Pós-Graduação; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; yurinpdacosta@gmail.com

Eduardo Rocha LIMA
Universidade Federal da Bahia; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; eduardolima@ufba.br

Silvia Badim MARQUES
Universidade de Brasília; Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos; Faculdade de Direito; sbadim@unb.br

[1] O presente artigo integra pesquisa financiada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).

Contribuição de autoria: Análise: COSTA, Y. D.; LIMA, E. R; MARQUES, S. B. Supervisão; Validação; Redação - revisão e edição: LIMA, E. R.; MARQUES, S. B. Metodologia: COSTA, Y. D.; LIMA, E. R. Concepção; Curadoria de dados; Coleta de dados; Redação – rascunho original: COSTA, Y. D. Visualização: MARQUES, S. B.

Conflitos de interesse: Os autores certificam que não há conflito de interesse.

Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.

Uso de I.A.: Uso da IA Claude para fazer dupla verificação da formatação das Referências Bibliográficas conforme as normas da Revista.

Editores responsáveis: Isis Pitanga e Carolina Pescatori.

Resumo
Este artigo objetivou analisar como práticas homoeróticas, especificamente a pegação, reconfiguram usos e significados dos espaços no Plano Piloto de Brasília, tensionando a racionalidade modernista de seu traçado. A pesquisa mobilizou o método Caso-Experiência, fundamentado em epistemologias dissidentes, combinando cartografia, mapeamento corporal e imersão direta no campo, com pesquisa realizada em 2025 no Plano Piloto Tombado. Para atingir o objetivo, mobilizamos aportes teóricos de Barthes (2001), Butler (2012), Preciado (2014), Foucault (2013) e Berlant e Warner (1998). Como resultados, identificamos que a pegação opera como micropolítica sexual e espacial, constituindo uma dimensão erótica ou uma escala desejante além das quatro escalas nomeadas por Lúcio Costa (monumental, residencial, gregária e bucólica), capaz de subverter a normatividade urbana prevista pelo traçado modernista. Além disso, a pegação também é capaz de produzir sociabilidades efêmeras que auxiliam no processo de reinscrição do corpo e da sexualidade masculina para além da matriz cisheterossexual.
Palavras-chave: epistemologias dissidentes, produção do espaço, pegação, Brasília.

Abstract
This article aimed to analyze how homoerotic practices, specifically cruising, reconfigure the uses and meanings of spaces in Brasília's Plano Piloto, challenging the modernist rationality of its urban layout. The research employed the Case-Experience method, grounded in dissident epistemologies, combining cartography, body mapping, and direct field immersion through research conducted in 2025 in Brasília's Plano Piloto. To achieve this objective, the study mobilized theoretical contributions from Barthes (2001), Butler (2012), Preciado (2014), Foucault (2013), and Berlant and Warner (1998). As a result, it was identified that cruising operates as a sexual and spatial micropolitics, constituting an erotic dimension or a desiring scale beyond the four scales named by Lúcio Costa (monumental, residential, gregarious, and bucolic), capable of subverting the urban normativity prescribed by the modernist layout. Furthermore, cruising also produces ephemeral forms of sociability that contribute to the process of reinscribing the body and male sexuality beyond the cisheterosexual matrix.
Keywords: *dissident epistemologies, production of space, cruising, Brasília.*

Resumen
Este artículo tuvo como objetivo analizar cómo las prácticas homoeróticas, específicamente el cruising, reconfiguran los usos y significados de los espacios en el Plano Piloto de Brasília, tensionando la racionalidad modernista de su trazado urbano. La investigación movilizó el método Caso-Experiencia, fundamentado en epistemologías disidentes, combinando cartografía, mapeo corporal e inmersión directa en el campo, a partir de una investigación realizada en 2025 en el Plano Piloto de Brasília. Para alcanzar este objetivo, se movilizaron aportes teóricos de Barthes (2001), Butler (2012), Preciado (2014), Foucault (2013) y Berlant y Warner (1998). Como resultados, se identificó que el cruising opera como una micropolítica sexual y espacial, constituyendo una dimensión erótica o una escala deseante más allá de las cuatro escalas nombradas por Lúcio Costa (monumental, residencial, gregaria y bucólica), capaz de subvertir la normatividad urbana prevista por el trazado modernista. Además, el cruising también produce sociabilidades efímeras que contribuyen al proceso de reinscripción del cuerpo y de la sexualidad masculina más allá de la matriz cisheterosexual.
Palabras-clave: *epistemologías disidentes, producción de espacio, cruising, Brasília.*

Introdução

Brasília, celebrada como cidade-síntese da modernidade latino-americana, ergueu-se sobre a promessa da racionalidade e controle do espaço urbano. No documento *Brasília Revisitada*, escrito por Lúcio Costa em 1987, foi estabelecida a necessidade de preservar quatro escalas do projeto original: a monumental, residencial, gregária e bucólica. No entanto, Lúcio Costa não conseguiu prever que sob a superfície ordenada do Plano Piloto surgiria uma outra escala, com signos que escapam à cartografia oficial e reconfiguram cotidianamente Brasília. Uma dimensão oculta que se estabeleceu entre as quatro escalas idealizadas por Lúcio Costa.

Entre as paisagens produzidas por estas quatro escalas, sujeitos reescrevem seus corpos e sexualidades na pegação (compreendida como uma prática dissidente de sexualidade, constituída por uma complexa rede de práticas homoeróticas constituídas a partir de encontros anônimos, sexuais ou não, que subvertem padrões de gênero e sexualidade dominantes), produzindo territorialidades efêmeras e sociabilidades outras além das previstas no documento *Brasília Revisitada*.

Sem contornos fixos, a pegação se materializa em função do cenário e de seus usuários, podendo ocorrer em espaços públicos, semipúblicos e privados. Foi essa rede de encontros homoeróticos no Plano Piloto de Brasília que nos levou a refletir sobre a existência de uma quinta escala, invisibilizada pelo planejamento moderno: a escala desejante. Desejante porque compreende não apenas uma dimensão espacial, mas também um registro complexo de expressão de desejos, sexualidades e vivências não normativas, e por ser uma escala que subverte a própria organização da cidade. Além disso, a escala desejante, para ser observável, requer intimidade do observador com a paisagem, no envolvimento direto do corpo-pesquisador com o campo, sobretudo em espaços públicos e semipúblicos, onde o número de participantes tende a ser maior em virtude do acesso universal e democrático.

O objetivo principal deste artigo, portanto, é compreender como práticas sexuais dissidentes reescrevem os significados dos espaços urbanos modernos. Já os objetivos específicos são: 1) cartografar a escala desejante no Plano Piloto Tombado de Brasília, que opera de forma invisível às quatro escalas oficiais definidas por Lúcio Costa; 2) analisar como a pegação opera como micropolítica sexual e espacial, ora

subvertendo a normatividade urbana modernista, ora recodificando os usos e significados dos espaços; 3) refletir sobre a importância das sociabilidades produzidas pela pegação, sobretudo como esses encontros efêmeros e anônimos geram novas oportunidades de encontro na cidade contemporânea. A relevância desta temática para o campo acadêmico da Arquitetura e do Urbanismo reside na necessidade de visibilizar sexualidades marginalizadas e suas estratégias de apropriação espacial, especialmente em contextos urbanos planejados como Brasília, onde os dogmas da funcionalidade modernista poderia, teoricamente, inibir usos lúdicos do espaço.

Em relação ao método de pesquisa, foi utilizada uma alternativa ao método Caso-Referência (Cavallazzi, 1993): o método Caso-Experiência. Esse método foi fruto das observações do autor principal do trabalho no âmbito de realização de sua dissertação de mestrado, com contribuições significativas dos coautores do presente artigo. Na dissertação de mestrado, que investigou um projeto pioneiro de habitação a partir do enfoque do gênero e sexualidade na Argentina, ficou evidente que metodologias tradicionais como estudo de caso, mesmo suas versões críticas como o Caso-Referência (Cavallazzi, 1993), não davam conta da dimensão política e corporal do trabalho de campo. A partir dessa constatação, surgiu a possibilidade do Caso-Experiência como um método de pesquisa que parte de uma presença situada e responsiva do pesquisador nos territórios que investiga.

O método Caso-Experiência está ancorado na necessidade de um deslocamento crítico em relação ao método estudo de caso que ainda prevalece no campo de investigação da Arquitetura e Urbanismo. Inspirado ainda na epistemologia feminista crítica de Haraway (1995) e dissidentes de Preciado (2011), esse método reconhece que o pesquisador não ocupa uma posição neutra, este é implicado eticamente com o campo de pesquisa e, portanto, atravessado pelo que se apresenta no território. O método também exige que o pesquisador esteja comprometido em visibilizar as vozes dos sujeitos da pesquisa e em retribuir o conhecimento adquirido no percurso da pesquisa às comunidades investigadas.

Isso importa dizer que o método Caso-Experiência busca redefinir a relação pesquisador-sujeitos-território. Ou seja, o campo de estudo não é visto apenas como um território a ser descrito de fora a partir de manuais técnicos e cartografias, mas como lócus constituído por multiplicidade de identidades, saberes

e modos de vida. Essa perspectiva foi uma reflexão provocada pelas necessidades da própria pesquisa de campo do mestrado e da constatação de que as cidades latino-americanas, atravessadas por desigualdades estruturais, violências e dissidências, não se deixam capturar apenas por protocolos técnicos. Dentro deste método, portanto, estar em campo é aceitar a instabilidade epistêmica, negociações e emergências inesperadas como parte do processo científico.

Em relação à estrutura do presente artigo, este se configura em três partes. Na primeira parte, abordaremos como se dá a (re)escrita de corpos e do sexo entre homens no contexto da pegação. Na segunda parte, o foco será na importância dos locais de pegação como espaços garantidores de sociabilidade e subversão para a comunidade LGBTQIAPN+ e de homens que fazem sexo com homens (HSH). A terceira parte terá como fim ilustrar a inserção do autor do trabalho no campo de pesquisa, através de uma narrativa dissidente, além de relatos de campo produzidos a partir da participação direta nos locais de pegação.

Corpos falantes e a reescrita das masculinidades na pegação homoerótica

Conforme definem Oliveira e Nascimento (2015), a pegação é "um termo polissêmico que designa, simultaneamente práticas de flerte e interação sexual entre homens e os espaços onde essas relações ocorrem, funcionando como um código social que organiza encontros eróticos em meio urbano" (Oliveira; Nascimento, 2015, p. 45), ou seja, a pegação designa um campo complexo de sociabilidades eróticas que, embora frequentemente associadas a sexo anônimo ou casual, abrange práticas, espaços, códigos e negociações que reconfiguram tanto o desejo quanto a presença masculina nos espaços urbanos.

A literatura sobre o tema mostra que essa dinâmica não é apenas sexual: é também social e territorial, uma vez que as práticas de pegação ocupam, praticamente, todos os espaços da cidade (espaços públicos, espaços semipúblicos, espaços privados e até mesmo espaços digitais), mas sempre moduladas por fronteiras simbólicas e materiais (Braz, 2013). Certos lugares se tornam pontos reconhecidos por sinais discretos, como uma trilha, um banco ou uma área sombreada, enquanto outros são esvaziados de erotismo e ressignificados como ambientes seguros e normais à medida que se alinham às expectativas da heteronormatividade (Braz, 2013). Tais espaços expressam o

que Peret (2010) chama de "territorialidades do imaginário LGBT", em que medo, segurança e aconchego coexistem e se reconfiguram frente à violência urbana e à homofobia estrutural (Peret, 2010, p. 65-66).

No entanto, a apropriação de espaços para pegação não ocorre de forma simples, para Costa (2014), ela ocorre através de um processo que é, ao mesmo tempo, discreto e transgressor já que, de um lado, a pegação convive com o risco constante de ser penalizada pela heteronormatividade, seja pela repressão de outros homens cisheterossexuais que utilizam os mesmos espaços, seja pela repressão violenta do Estado; de outro lado, ela é capaz de se dissolver rapidamente e se materializar em outros espaços, perturbando os dispositivos de controle sexual do Estado e da heteronormatividade. Assim, a apropriação de determinado espaço pela pegação não é formal ou fixa, ela é tática: seus lugares e trajetos são conhecidos apenas por aqueles que participam e seus contornos são transmitidos por uma coletividade de corpos dissidentes que se desejam e reconhecem signos, códigos e sutis marcas territoriais, constituindo micropolíticas sexuais (Preciado, 2011) que escapam à captura totalizante da ordem urbana heterocentrada.

Ainda no contexto da pegação, válido dizer que os corpos são avaliados e hierarquizados a partir de atributos como raça, classe, idade, aparência e estilos de masculinidade, em um verdadeiro "mercado do desejo". Oliveira (2016) denomina essa dinâmica de economia performática do gênero, ressaltando que tais valores não são fixos, mas se atualizam a cada encontro, compondo sistemas dinâmicos de prestígio e possibilidade de aproximação. Além disso, o território onde se materializa a pegação também define essa dinâmica performática do gênero. Por exemplo, em espaços públicos e semipúblicos (parques, praças, matagais, universidades públicas, banheiros públicos, rodoviárias, estacionamentos), o público é constituído por uma maior diversidade de corpos e sexualidades e, como afirma Souza (2012), mais utilizado pela população masculina negra e de baixa renda; já em espaços privados (academias, universidades privadas, supermercados, centro comerciais) o recorte de classe e de aparência física predomina. Segundo Souza (2012), o corpo mais valorizado é do jovem, branco e másculo.

Na observação dessas dinâmicas, também se vislumbra que é possível "rasurar os sistemas de gênero heteronormativo" (Souza, 2012, p. 55). Isso implica dizer que, nestes espaços, há um desafio cotidiano à

imposição da heterossexualidade como única orientação sexual válida socialmente, ou seja, uma ruptura com o regime da heteronormatividade (Berlant; Warner, 1998), aquela construção social e política que reforça a heterossexualidade como modo de vida privilegiado e suportado pelo Estado e Instituições com a finalidade de garantir a preservação da célula primordial do sistema capitalista: a família cisgênera reprodutora.

Neste âmbito de discussão, Preciado (2014) reflete que não podemos reduzir a questão apenas ao debate da reescrita do gênero, como o fez Butler (2012), mas também na possibilidade de reescrita do próprio sexo e do corpo (incluindo os órgãos sexuais). Em outras palavras, para Preciado (2014) é preciso compreender o corpo, o sexo e a sexualidade humana como um campo polissêmico e mutável: constituído de conjunto de técnicas (discursivas, médicas, pornográficas) que produzem corpos, desejos e identidades. É neste ponto que centramos a discussão da pegação, na proposição dos corpos "falantes", ou seja, aqueles que são produzidos por regimes de saber-poder e reescritos cotidianamente: "o sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade" (Preciado, 2014, p. 26).

A implicação disto é que a heterossexualidade pode ser compreendida como um contrato social que regula circulação de corpos e desejos, e não como destino biológico. Assim, práticas como da pegação deslocam esse contrato, pois fazem os corpos performarem desejos fora da ordem heteronormativa, desestabilizando a linearidade entre sexo anatômico, gênero e orientação. Quando homens socializados sob a norma viril se engajam em interações homoeróticas, tais atos corroem o imperativo da masculinidade heterossexual e abrem fissuras nos roteiros corporais, criando outras gramáticas para o corpo masculino.

Essas fissuras operam como micropolíticas sexuais (Preciado, 2011), pequenas insurgências que, mesmo localizadas, abalam o regime heteronormativo da metrópole contemporânea. Na pegação, o corpo masculino é recodificado: pode ser simultaneamente ativo e passivo, desejante e desejado, vulnerável e potente, penetrante e penetrado, submisso e dominante. Há um jogo performático que subverte narrativas de virilidade, autodeterminação e dominação que estruturam o macho como figura central no imaginário nacional. Como destaca Oliveira (2016), tais práticas testam, negociam e redistribuem atributos que a

masculinidade hegemônica tende a naturalizar como fixos, permitindo que novos arranjos da sexualidade e do desejo sejam experimentados.

Dissidências no traçado urbano modernista: a escala desejante

Compreender a cidade como um texto repleto de signos permite que desloquemos a percepção homogênea e controlada do Plano Piloto e que abramos, inclusive, espaço para outras leituras de suas escalas. Barthes (2001) afirma que o "habitat humano constitui um discurso", cujos significados não se esgotam no projeto do urbanista e podem ser continuamente reescritos, sendo assim: "a cidade é uma escrita; quem se desloca na cidade, isto é, o usuário da cidade (que somos todos nós), é uma espécie de leitor que, segundo suas obrigações e os seus deslocamentos, recolhe fragmentos do enunciado para atualizá-lo em 'segredo'". (Barthes, 2001, p. 228)

Isto importa dizer que, de acordo com Barthes (2001), a cidade é um cenário repleto de textos, discursos, metáforas. Quando reduzimos tudo a funções e traçados, perdemos uma atribuição/dimensão da cidade: a dimensão erótica ou como aqui definimos, a partir das escalas urbanísticas projetadas para o Plano Piloto, a escala desejante. Para Barthes (2001), esta escala representa muito além da questão sexual, ela é o vínculo sensorial dos citadinos com espaços e paisagens da cidade, ela é a alteridade, sociabilidade, a capacidade de apreender e transmitir sentidos através de encontros casuais e reais. Neste sentido, Barthes (2001) realiza uma crítica ao pensamento funcionalista no urbanismo, já que este reduz todas as dimensões a uma dimensão universal, pasteurizada e corporificada no sujeito universal (homem, cisheterossexual, classe média alta e branco). Sendo assim, ignorar a existência dessa escala desejante (dimensão erótica) mais sensível aos corpos, é limitar encontros, experiências e fadar o espaço urbano à morte e ao esvaziamento.

A crítica também é elaborada por Haraway (1995, p.23), quando uma forma de responder à universalização (ou como ela denomina relativismo), é na busca de experiências parciais, relacionadas com territórios e suportadas por redes de partilha. Trata-se de um argumento fundamental para compreender por que o planejamento urbano moderno, ao eleger um único sujeito como parâmetro universal, não apenas produziu uma cidade excludente, mas também um modo de conhecer o espaço que sistematicamente apagou as práticas e corporeidades dissidentes.

O pensamento de Barthes (2001) e Haraway (1995) encontra ressonância também nas discussões de Babo (1998), para quem a cidade é um espaço escriturável e polifônico, tecido por múltiplas práticas que recusam qualquer narrativa única. Babo (1998, p. 288) observa que o ato de se deslocar e de habitar envolve enunciações que são simultaneamente corporais, afetivas e coletivas: caminhar, parar, se reunir e até mesmo se esconder são formas de escrever a cidade e introduzir nela sentidos heterogêneos. A autora destaca que essa escrita é conflitiva e porosa; ela resulta de apropriações que atravessam fronteiras normativas e reconfiguram a inteligibilidade urbana. Ao compreender a cidade como esse tecido aberto, Babo (1998) oferece uma chave fundamental para pensar práticas dissidentes como a pegação, que inscrevem afetos e desejos onde o discurso oficial pretendia neutralidade, e mostram que a legibilidade modernista, como no caso do Plano Piloto de Brasília, também pode ser parcial e contestável.

A parcialidade do traçado urbano da capital brasileira, de acordo com Holston (1993), se manifesta no projeto do próprio Plano Piloto, onde se escolheu eliminar a rua, a esquina, o beco, o tecido tradicional, para dar lugar a superquadras, eixos, blocos horizontais de edifícios implantados em largas áreas. Segundo este autor, o Plano Piloto, ao abolir a rua enquanto espaço lúdico de encontro, também contribuiu para a eliminação de sociabilidades e de afetos no espaço público.

Esse vazio deixado pela abolição da rua não permaneceu, contudo, neutro ou desabitado: Brasília, assim como outras cidades influenciadas pelo pensamento moderno, tratou de ocupá-lo com outras formas de controle, convertendo a ausência da rua em ordens morais e regimes de vigilância. Espaços urbanos controlados, iluminação estratégica, policiamento e barreiras físicas e morais substituíram aquilo que a rua tradicionalmente oferecia: o encontro não regulado entre corpos diferentes. O resultado é um urbanismo que ratifica experiências heterossexuais enquanto marginaliza dissidências, eliminando a possibilidade de espaços públicos mais convidativos e diversificados. Sociabilidades dissidentes (muito além do homem cisgênero, homossexual e branco) acabam sendo empurradas para espaços específicos da cidade, horários específicos e para a informalidade. Esse processo de marginalização do outro está presente em tudo aquilo que escapa do traçado do Plano Piloto: pessoas em situação de rua, população de baixa renda, comerciantes da informalidade, população LGBTQIAPN+ estão sempre sob intensa vigilância e sujeitos à exclusão.

Há inúmeras páginas de Instagram com postagens que denunciam a presença de pessoas em situação de rua nas Asas Norte e Sul, constantemente perfis das prefeituras das quadras são marcadas nas publicações de denúncia para agir na expulsão destes corpos indesejados. Em maio de 2025, por exemplo, a Prefeitura dos Condomínios do Setor de Diversões Sul ingressou na justiça com pedido para cassar alvará de autorização de festas LGBTQIAPN+ no Conic. O caso foi amplamente noticiado pelos meios midiáticos, como se observa na Figura 01. Dentre os argumentos utilizados pela Prefeitura estavam os termos "imorais", "degradadas", "devastação moral" e o sinônimo de pessoas LGBTQIAPN+ como pessoas de falta de caráter e sem valores éticos.



Ação na Justiça quer proibir festas LGBTQIA+ no centro de Brasília; 'devastação moral', diz justificativa

Prefeitura do Setor de Diversões Sul (Conic) pede fim de novos alvarás e retirada de estruturas. No processo, diz que público tem 'contato ostensivo com pessoas do mesmo sexo e extravagâncias'.

Em um trecho da ação, os autores dizem que os eventos são frequentados por "**pessoas sem valores éticos que assustam aos cidadãos honrados que não compartilham com os desastres de festas marcadas pelo abuso e falta de caráter**".

A ação ainda traz referências religiosas ao comparar os eventos com *"festas de Gomorra e Sodoma (...) exemplo bíblico da figura de satanás."*

8= Ademais, as festas imorais são sempre direcionadas aos mesmos interessados, variando os nomes, mas compõem o mesmo desatino, de pessoas sem valores éticos que assustam aos cidadãos honrados que não compartilham com os desastres de festas marcadas pelo abuso e falta de caráter dos que frequentam esses expedientes de festejos reprovados pelos princípios que devem nortear a administração pública, sem nenhuma providência de reprovação.

Figura 01
Notícia divulgada sobre a ação movida pela Prefeitura dos Condomínios do Setor de Diversões Sul contra festas LGBTQIAPN+.
Fonte: Portal G1, 2025 (https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/05/09/devastacao-moral-acao-na-justica-quer-proibir-festas-lgbtqia-no-centro-de-brasilia.ghtml).

A perseguição também é midiática: quase que como um evento anual, o Jornal Metrópoles, através de sua coluna de nome sugestivo (Na Mira), veicula reportagens denunciando pontos de pegação em espaços públicos da cidade, contribuindo para hostilização de grupos dissidentes em Brasília. Isso se reflete diretamente nos crimes de ódio contra esta população como se observa na Figura 02. A materialização dessa hostilidade pode ser observada através da própria cartografia, elaborada a partir de levantamento em mídias tradicionais, reportagens online e relatos da própria



Na Mira

Parque [redacted]: Floresta do Sussurro volta com drive-thru do boquete

Atos obscenos ocorrem em plena luz do dia. Nem viaturas da PMDF intimidam os homens que vão ao local à procura de sexo fácil e rápido

[redacted] 14/06/2022 02:52, atualizado 27/04/2026 19:34

METRÓPOLES

Na Mira

Novos vídeos de "sacanagem" à luz do dia vem à tona na "Água Liberal"

Pegação começa à tarde, por volta de 15h, e pega fogo ao fim do horário comercial. O local é onde homens matam o desejo por uma "rapidinha"

[redacted] 11/02/2025 02:17, atualizado 11/02/2025 09:32

METRÓPOLES

Figura 02
Notícias divulgadas pela coluna Na Mira (Jornal Metrópoles) sobre a pegação em Brasília. Fonte: Jornal Metrópoles, 2025 (https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/parque-da-cidade-floresta-do-sussurro-volta-com-drive-thru-do-boquete e https://www.metropoles.com/distrito-federal/na-mira/novos-videos-de-sacanagem-a-luz-do-dia-vem-a-tona-na-agua-liberal).

comunidade LGBTQIA+, evidenciando a distribuição territorial de casos de violência, assédio, ameaças, agressões físicas e assassinatos ocorridos no Plano Piloto nos últimos anos.

As manchas de calor (em azul) do mapa elaborado (Figura 03) revelam maior concentração de ocorrências em áreas centrais e em espaços historicamente associados à sociabilidade dissidente, indicando que territórios de encontro e visibilidade LGBTQIA+ também se tornam zonas recorrentes de vigilância, exposição e vulnerabilidade. Essas práticas de expulsão e moralização não são acidentais, mas expressam a materialização ideológica de um urbano produzido e apropriado por arquitetos e urbanistas homens, brancos, cisheterossexuais e de classe média alta, historicamente situados nos espaços de decisão do planejamento brasileiro. Como argumenta Cortés (2008), arquitetura e urbanismo participam da produção de subjetividades normativas ao construir espacialidades que regulam comportamentos e definem quem pode aparecer, circular e permanecer na cidade. Nesse sentido, o Plano Piloto não se restringe a um plano funcional, operando também como dispositivo de controle social estruturado pela ordem visual, pela vigilância e pela normalização dos usos legítimos do espaço urbano. Concebido como ápice da modernidade, o Plano Piloto pressupunha igualmente um corpo ideal: pro-

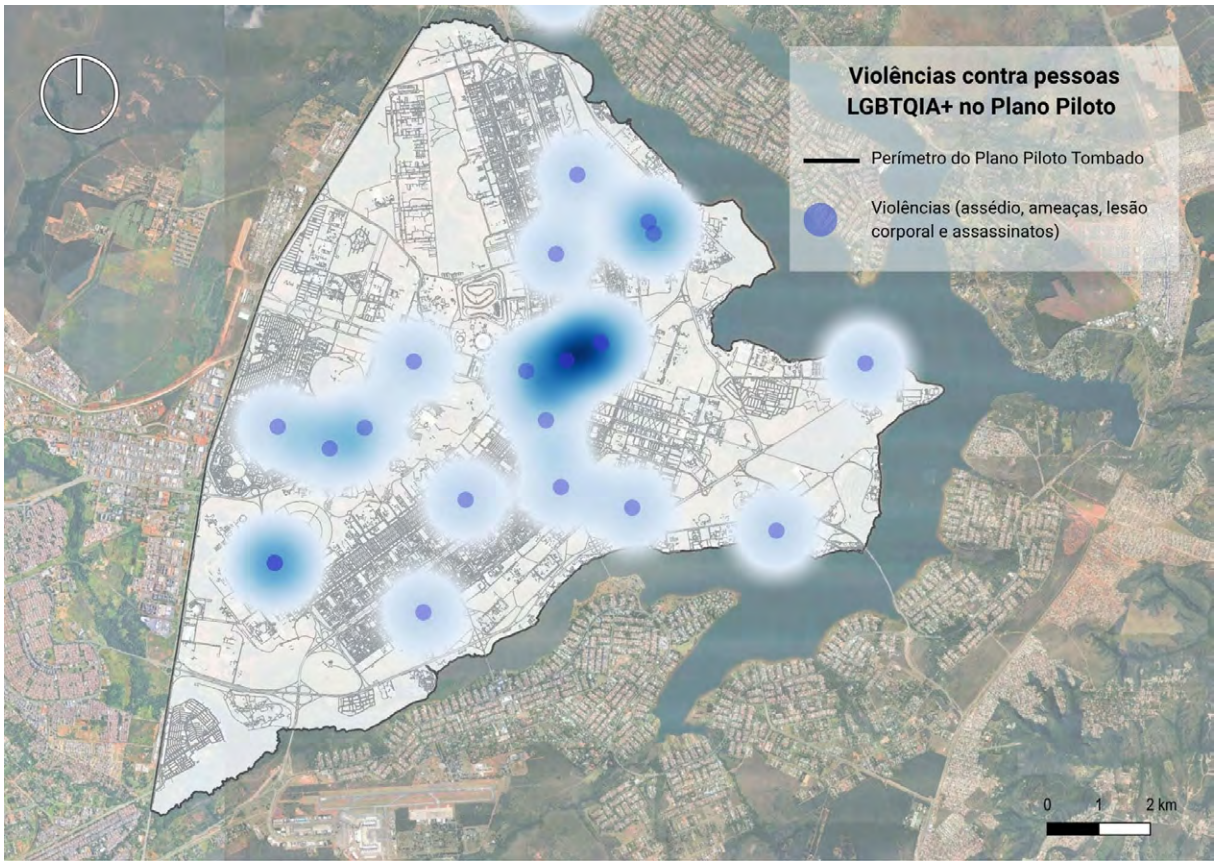


Figura 03
Mapa das Violências praticadas contra pessoas LGBTQIA+ no Plano Piloto Tombado. Fonte: Os autores com a utilização dos softwares Google Earth e QGIS, 2025.

dutivo, reprodutor e associado à mobilidade automobilizada. Tudo aquilo que escapa dessa lógica passa a ser tratado como ruído, desvio ou ameaça, evidenciando que a violência contra corpos dissidentes não se distribui aleatoriamente no território, mas acompanha espacialidades marcadas por disputas morais, controles simbólicos e tentativas permanentes de disciplinamento da presença LGBTQIA+ na cidade.

Apesar disto, a obsessão pela setorização e pelo funcionalismo de cada escala do Plano Piloto acabou, por outro lado, também produzindo zonas de indeterminação, sombras e interstícios onde o controle visual falha. Não por acaso, são justamente nesses interstícios, os resíduos espaciais daquilo que Holston (1993) identifica como a abolição da rua e que se localizam os não-lugares (Augé, 1992): os largos estacionamentos, as áreas de baixa iluminação dos parques públicos, as zonas comerciais noturnas esvaziadas de vitalidade, os banheiros públicos mal cuidados, as passagens subterrâneas esvaziadas onde a pegação prolifera e produz novas urbanidades, preenchendo aquilo que o planejamento urbano não é capaz ou não quer dar

conta. Pina (2023) também registra que essas "brechas projetuais" e "paisagens dissidentes" são capazes de desvirtuar os usos da cidade, sendo incusive uma evidência relevante das conquistas de corpos dissidentes sobre planos urbanos.

Assim, em Brasília, o controle não se exerce apenas por enunciados morais, mas por uma ecologia espacial que combina escala, gestão e tempo. A promessa de legibilidade modernista organiza o território como uma caligrafia da circulação: eixos perspectivos que hierarquizam quem tem horizonte e quem tem apenas travessia; platôs e taludes que graduam acessos; passagens e passarelas que disciplinam a presença. Neste sentido, a escala monumental, por exemplo, institui um regime de distância (não só física, mas política) que transforma a aparição pública em ato raro; já a residencial, com seus recuos generosos e gramados contínuos, codifica a vizinhança como representação e não como encontro; a gregária, ao selecionar poucos pontos de condensação formal, converte o convívio em evento; e a bucólica, por meio de um paisagismo de grande gesto e manutenção constante, administra a natureza como cenografia vigilante. A isso se somam protocolos de iluminação, câmeras, patrulhas de policiamento, vizinhos vigilantes e zeladorias que coreografam quem pode permanecer, quando e sob que condições. O resultado é uma cidade onde o corpo-que-deseja-se-encontrar entra em conflito, constantemente, com um extenso campo de tecnologias e dispositivos espaciais que privilegiam apenas o corpo-que-se-desloca. Ali onde a forma urbana alonga o tempo para ver e encurta o tempo para estar, o dissenso sensível é antecipadamente desautorizado.

Manter viva a escala desejante no espaço urbano significa, portanto, reconhecer que a cidade só se constitui como tal quando é capaz de acolher aquilo que é incerto, vivo, sensorial. Quando o planejamento urbano se organiza a partir de um corpo universal de práticas funcionais e disciplinadas, todo o resto se converte em sobra, excesso, ameaça. É aí que operam violências, segregações e exclusões. A tentativa de estabilizar o urbano como lugar transparente e previsível não produz segurança: produz empobrecimento do sensível. Isso porque o espaço não apenas abriga corpos, ele os molda. Não no sentido moralizante de que os lugares determinam comportamentos, mas no sentido mais sutil de que a cidade também é capaz de estimular (ou reprimir) nossos modos de desejar. Ao organizar zonas de circulação rápidas, separar funções, iluminar para vigiar, expulsar o imprevisto, a cidade tenta domesticar o desejo, torná-lo visível apenas quando alinha-

do ao que é socialmente sancionado. O que não cabe aí, como afetos dissidentes, sociabilidades marginais, encontros não normativos, está fadado ao clandestino. Por isso, pensar na escala desejante da cidade é, antes de tudo, uma condição de possibilidade da manutenção e perpetuação da vitalidade urbana. Sem o encontro, sem a intensidade, sem a surpresa, sem o sensível, a cidade se torna apenas um cenário higienizado, organizado, limpo, mas também morto. Uma cidade viva é aquela que suporta a presença do outro, que não expulsa o que escapa, que aceita o desvio como parte constitutiva da vida coletiva.

A pegação, portanto, é uma força que penetra o urbanismo com o instável: essa rede de sociabilidade e subversão está constantemente devolvendo ao urbano o indeterminado, o excesso, o voluptuoso. A pegação também é capaz de estabelecer interações sociais que nem o mais arrojado modelo de quadra de uso misto seria capaz. Em um mesmo espaço, trabalhadores de baixa renda, trabalhadores informais, profissionais do sexo, estudantes universitários, executivos, pais de família, idosos e pessoas com deficiência compartilham experiências juntos e sem preconceitos. A pegação, inclusive, auxilia diretamente no resgate de valores que vêm sendo reconhecidamente perdidos na cidade: a interação social, o encontro físico, o interesse pelo outro no espaço público, ajudando na melhora do quadro de adoecimento psicológico de pessoas que se sentem presas às rotinas exaustivas de trabalho ou de estudo-trabalho, cujo contato humano é reduzido a breves interações virtuais em páginas de relacionamento ou redes sociais.

Percursos da escala desejante, suas sociabilidades, subversões e resistências

Para visualizar esta escala desejante invisibilizada nas quatro escalas pensadas por Lúcio Costa foi preciso pesquisar em fontes não tradicionais. A primeira ferramenta utilizada foi uma rede social de pegação, uma plataforma internacional que conecta uma rede de praticantes da pegação. Ao autorizar que a plataforma reconheça a geolocalização, automaticamente o usuário é direcionado para um mapa virtual com as marcações dos pontos exatos de pegação. Navegando pela plataforma, elege-se o ponto e observa-se os dados do local com uma pequena descrição. É possível também ter acesso a uma descrição mais detalhada que informa o melhor horário para pegação, o fluxo de praticantes e o grau de intimidade sexual que é possível de se ter naquele ponto.

A plataforma oferece uma cobertura de toda a região do Distrito Federal, assim foi preciso restringir a área de interesse para o Plano Piloto Tombado. A escolha pelo recorte territorial se deu a partir, inicialmente, da necessidade de delimitar fisicamente os percursos, mas também decorreu a partir de uma escolha simbólica: o Plano Piloto é a expressão da ambição moderna sob controle da paisagem e da vida urbana. Assim, o que gostaria de compreender é como essa ordem impositiva é (ou não) desafiada por outras narrativas urbanas que não foram incluídas pelos planejadores urbanos do modernismo.

Na próxima etapa, prossegui com o registro de todos os pontos de pegação existentes dentro do perímetro do Plano Piloto Tombado e foram localizados, ao todo, cem locais de pegação. Contudo, dentre esses cem locais, havia o registro de que havia ocorrido a pegação apenas uma vez, como força de um encontro fortuito. Observei, então, quais os locais de pegação consolidados e apropriados pelos praticantes para poder observar com mais profundidade os códigos e práticas da pegação, já que a probabilidade de encontrar pegação nesses locais esporádicos seria mais baixa ou até mesmo nula. Nesta etapa, o cruzamento das informações coletadas na plataforma de pegação com informações de redes sociais, com relatos de praticantes e conversas informais com amigos e conhecidos que se identificam como homens cis gays, foi essencial para estabelecer quais os principais pontos consolidados da pegação.

Assim, o número de pontos de pegação reduziu para oitenta e cinco, que foram georreferenciados para se ter amplitude da rede da pegação gay no Plano Piloto. Apesar disso, o número de pontos ainda era muito extenso e demandaria um tempo muito maior de análise. Decidi focar então tipos de locais de pegação: espaços públicos (constituídos por parques, estacionamentos, praças e matagais públicos) e semipúblicos (banheiros e estacionamentos de terminais de transporte público, universidade pública, de galerias comerciais e de supermercados). Foram excluídos da análise: locais privados (academias, festas locais, saúnas e cinemas pornôs e universidades privadas). As academias foram excluídas pelo alto custo financeiro envolvido; já saunas, festas locais e cines pornôs foram excluídos pela impossibilidade de registro dentro destes estabelecimentos já que possuem um forte controle de mídias eletrônicas dentro dos estabelecimentos para preservar a intimidade dos frequentadores. Já as universidades privadas foram excluídas porque possuem controle de circulação dos transeuntes, impossibilitan-

do a livre circulação e deriva, ao contrário da universidade pública onde consegui transitar pelos banheiros, becos e espaços internos esvaziados onde a pegação acontece. Dessa forma, o universo de pesquisa reduziu para trinta e seis pontos de pegação.

Durante o percurso da pesquisa, refleti se deveria adotar o *modus operandi* utilizado pela maioria dos pesquisadores que se dedicam a investigar vivências urbanas não visíveis pelas cartografias tradicionais com o método da deriva, ou seja, a prática crítica do caminhar pela cidade, abandonando deliberadamente as motivações ao se deslocar, deixando-se conduzir pelas atrações do terreno e pelos encontros que ele oferece (Debord, 1958). Contudo, percebi de antemão, que a deriva pensada por Debord (1958) forneceria outros caminhos de investigação que não me levariam a resultados expressivos, já que a deriva *debordiana* pressupõe um "perder-se" pela cidade experimentando-a de forma espontânea. Para mim, no entanto, interessava percursos definidos da pegação, combinada com uma prepação prévia para o campo de investigação, conectada ao meu corpo-pesquisador, incluindo uma preparação física e mental.

Foi preciso, por exemplo, me despir de receios iniciais já que no campo da pegação não cabe julgamentos e pudor. Também foi preciso estar preparado fisicamente: foi preciso realizar longas caminhadas e estar com vestuário adequado (roupa neutra que mesclasse facilmente na multidão e que permitisse fugir do local com rapidez se necessário, como demonstrado na Figura 04 abaixo). Além disso, também foi necessário dinheiro em espécie para emergências e bateria externa de celular para manter nível de comunicação com pessoas do meu ciclo pessoal previamente avisadas da minha localidade. Por fim, foi preciso um estudo prévio das possíveis rotas, já que a pegação, muitas vezes ocorre em pontos estratégicos, portanto, a mera errância *debordiana* na caminhada poderia não dar em nada.

A estratégia funcionou em determinadas localidades. como no percurso realizado entre os banheiros dos supermercados e shopping centers, nos banheiros da universidade pública, nos banheiros dos terminais rodoviários. Esses locais de fácil acesso (Figura 05) e de grande fluxo permitiam a circulação a pé. Contudo, a estratégia não funcionou nos locais de pegação mais intensa (estacionamentos de parques públicos), isso porque o meu corpo enquanto pedestre, livre e circulante ficou imediatamente exposto sob as luzes artificiais dos postes afastando interações. Ficou evi-



Figura 04
Preparação para o campo de pesquisa, com vestuário neutro e confortável. Fonte: O autor, 2025.



Figura 05
Locais de fácil acesso a pé para pegação (banheiro de estação de metrô, banheiros de galerias comerciais). Fonte: O autor, 2025.

dente, nesta situação, que os praticantes da pegação não se aproximam de corpos que se locomovem a pé. De acordo com as interações que tive com outros praticantes a pé, estes costumam sofrer preconceitos por serem classificados como pessoas de baixa renda, garotos de programa e/ou usuários e vendedores de drogas. Segundo relatos colhidos no local, a maioria dos praticantes procurava por sexo rápido, gratuito e no anonimato absoluto.

Outro aspecto relevante é que a lógica carrocrata do planejamento modernista de Brasília também influencia diretamente as dinâmicas da pegação. Em parques e estacionamentos públicos, o automóvel atua como elemento central dessas sociabilidades ao: classificar simbolicamente a classe social dos frequentadores (carros mais caros tendem a atrair carros mais caros); possibilitar deslocamentos rápidos entre diferentes pontos de encontro; oferecer níveis distintos de privacidade e exibição mediante o uso dos vidros; criar uma barreira artificial entre áreas iluminadas e regiões de mata, favorecendo interações discretas; e permitir fugas rápidas em situações de risco, como denúncias, abordagens policiais ou agressões.

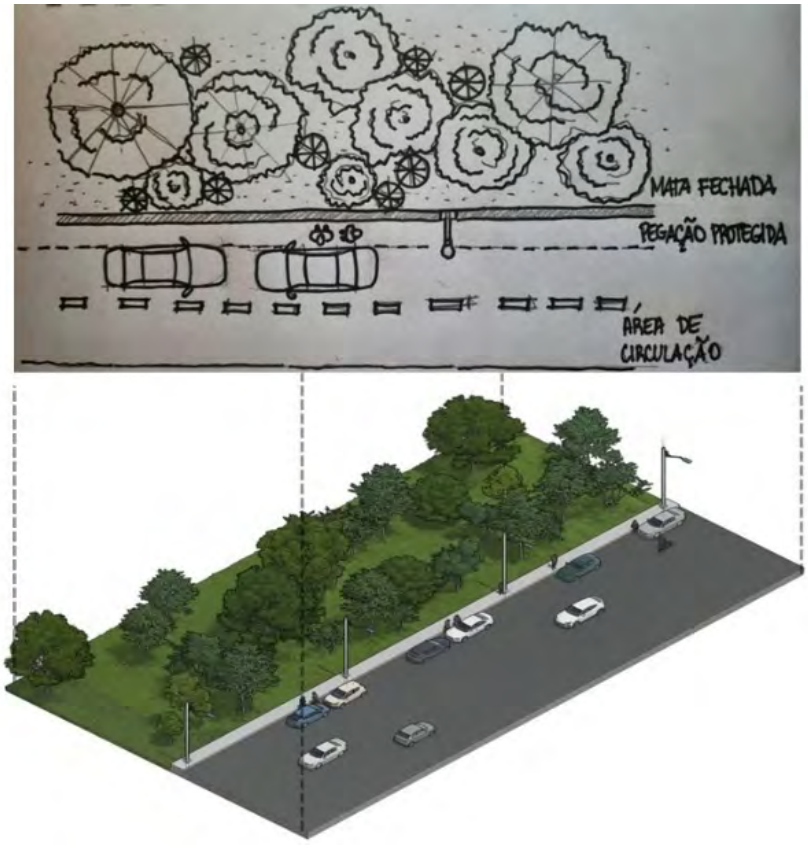


Figura 06
Esquema da pegação em área de parque utilizando o carro como elemento de proteção. Fonte: O autor, 2025.

Como não consegui interagir com nenhum dos participantes nos estacionamentos dos parques, resolvi adotar a mesma estratégia dos participantes: utilizar o carro. Por dois dias, utilizei um carro e convidei meu parceiro para me acompanhar novamente no campo. Fizemos o trajeto da pegação pelos estacionamentos, mas percebemos que precisávamos reproduzir os mesmos códigos sutis para sermos aceitos no circuito da pegação. Andar com o carro em baixa velocidade, abaixar os vidros para permitir que outros homens nos vissem, eventualmente estacionar o carro, se exibir e trocar carícias para demonstrar que estávamos ali não para julgar ou por curiosidade.

As reações foram opostas de quando fui a pé e sozinho. Se na primeira ocasião fui evitado, na segunda ocasião, de carro, exibicionista e mais atento aos códigos, obtive inúmeras interações. Vidros baixados, faróis piscando, carros que estacionavam, exibição explícita, masturbações, foram se desenvolvendo em um ritmo frenético. Percebi também que esta dança de carros se iniciava sempre que um novo carro surgia no estacionamento, como se aquilo tudo fosse uma grande colmeia, onde abelhas ficam conectadas entre si por sinais bioquímicos e, no menor sinal de intrusão, há reação em cadeia. Assim, toda vez que um novo integrante aparecia, os homens ficavam em alerta para analisar se era um intruso ou mais um praticante. Em caso de ser um intruso, policial ou até mesmo um conhecido de sua vida heteronormativa eles retiravam-se do local.

A dança dos carros continuou (Figura 07). Uma vez que ocorressem interesses compatíveis, os carros também se alinhavam: se estaciona um de frente para o outro, em seguida um dos ocupantes sai do carro e vai de encontro ao outro. O ato sexual ocorre ali, entre o espaço protegido do carro e da mata. Eventualmente, há outros interessados em participar de atos sexuais mais intensos; neste caso, os ocupantes dos carros seguem para dentro do matagal mais fechado. Segundo relatos dos participantes, é normal encontrar rodas de masturbação e de sexo oral com até trinta homens dentro da mata mais densa. O sexo anal ocorre em menor número, embora com frequência, já que o ato de abaixar as calças/shorts, se posicionar, impediria uma fuga imediata em caso de intervenção policial ou de assalto. Desta forma, neste contexto provocado pela pegação, o automóvel deixa de ser apenas dispositivo de mobilidade urbana e se converte em tecnologia política do desejo: produtor de anonimato, operador de filtragem social e dispositivo de visibilidade seletiva. Ele compõe o que Berlant

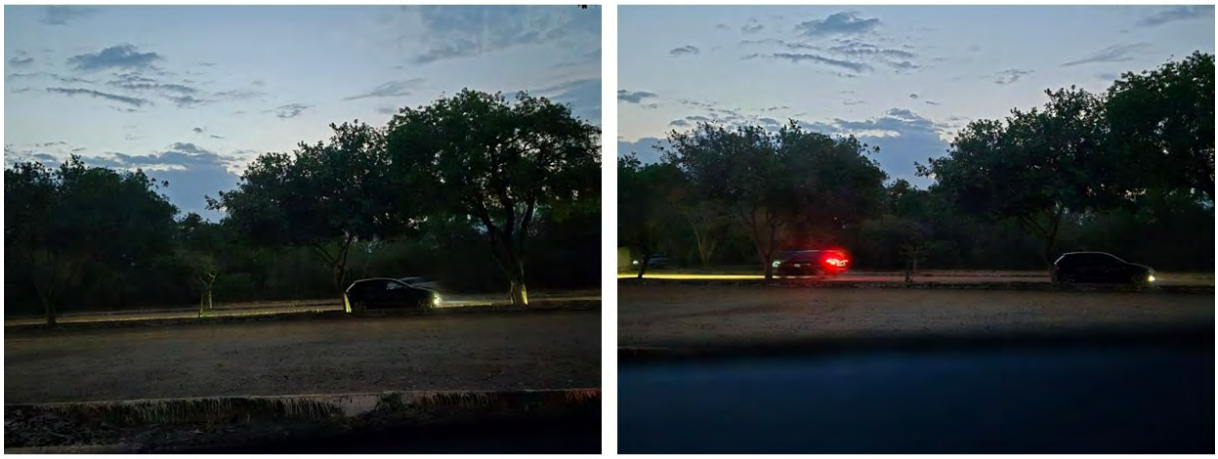


Figura 07
O carro como dispositivo da pegação nos estacionamentos de áreas públicas do Plano Piloto de Brasília. Fonte: O autor, 2025.

e Warner (1998) identificam como uma infraestrutura sexual, capaz de abrigar práticas dissidentes em meio ao espaço normativo, instituindo bolsões de vida coletiva que não dependem da legitimação institucional.

Neste cenário intricado de ritos e gestos, tornou-se evidente que a pegação em Brasília não se limita a ocupar interstícios urbanos; ela produz um outro regime espacial, o que Foucault (2013) denomina heterotopia, onde o corpo, o veículo e até a vegetação constituem um sistema próprio regido por códigos, limiares e rituais que reorganizam o espaço a partir do desejo e do risco. Não se trata apenas de lugares alternativos, mas de outros espaços que operam simultaneamente dentro e contra a lógica modernista, reconfigurando as fronteiras entre público e privado, visibilidade e clandestinidade, circulação e permanência. Essas outras performances espaciais, são explicitadas por Berlant e Warner (1998) como práticas que não apenas desafiam a ordem sexual hegemônica mas são capazes de produzir novas formas públicas de sociabilidade, além de forjar coletividades alternativas e até mesmo formas de cuidado e risco mutuamente negociadas.

Dinâmica similar identificada neste percurso pode ser observada em outros estudos recentes sobre o fenômeno da pegação. Dentre eles, destacamos Slomski (2021) e Pina (2023), o primeiro com uma investigação no Parque da Luz (Florianópolis) e o segundo com uma análise urbana e intervenção dissidente no Aterro do Flamengo (Rio de Janeiro). Ambos os autores, que também partem da concepção dos espaços heterotópicos de Foucault (2013), identificam, assim como

na pegação do Plano Piloto de Brasília, o fenômeno do aparecimento e desaparecimento das fronteiras entre o uso público pretendido pelo planejamento urbano e o extravasamento do uso privado para estes espaços. Trata-se, portanto, de um padrão que atravessa distintas lógicas de projeto urbano, seja o traçado modernista disperso de Brasília, o paisagismo de grande escala do Aterro carioca ou a estrutura de parque de lazer cotidiano de Florianópolis: onde quer que o planejamento imponha um uso único e vigiado do espaço, a pegação encontra a fresta pela qual a heterotopia se instala.

A pegação, assim, não se reduz ao ato sexual furtivo, ela constitui um público sexual, um modo de convivência que se opõe à privatização da intimidade e à vinculação normativa entre sexualidade, domesticidade e propriedade, já que é capaz também de desafiar o lugar do sexo dentro da cidade – não se restringindo apenas à esfera doméstica dentro dos moldes heteronormativos. Por fim, ao observar esses encontros anônimos, silenciosos e, paradoxalmente, coletivos, compreende-se que tais corpos não estão apenas desviando-se da cidade, eles estão fazendo cidade, produzindo uma cidade paralela que, ainda que invisibilizada pela cartografia oficial, persiste como campo de disputa e invenção. Neste sentido, espaços de pegação também não são apenas refúgios; são outras estratégias urbanas produzidas por sexualidades dissidentes e que interpretam a contrapelo o planejamento urbano tradicional.

Considerações Finais

Ao final deste trabalho sobre os percursos da pegação do Plano Piloto de Brasília, consolidamos a tese de que esta prática homoerótica de sociabilidade efêmera e subversiva é capaz de operar como micropolítica sexual e espacial já que permite, de um lado, que homens e pessoas dissidentes reinterpretem seu corpo e sua sexualidade nesses momentos de interação social e sexual e, de outro lado, possibilita também a construção de novos caminhos interpretativos sobre a cidade, especialmente sobre o Plano Piloto, pensado a partir do traçado do pensamento moderno da arquitetura e do urbanismo brasileiro. A partir do método Caso-experiência, foi possível interpretar os códigos ocultos exercidos pelos adeptos da pegação e mapear a emergência de uma escala desejante (uma quinta escala para além das quatro consagradas no Plano Piloto) que recodifica os signos urbanos a partir da dimensão erótica de Barthes (2001): o banheiro público, o estacionamento, a entrequadra, elementos

neutros da circulação são semanticamente invadidos e transformados em territórios de intimidade fugaz. Além disso, essa escala desejante é capaz de deslocar os discursos hegemônicos sobre o Plano Piloto, sobretudo aqueles que estimulam a segregação socioterritorial: se os gestores públicos, as prefeituras das quadras e o policiamento evocam vigilância social e a necessidade de eliminação de corpos indesejados, a pegação, em alguns momentos, permite que essa vigilância seja contestada e que diferentes corpos coexistam sob o mesmo espaço.

Além de operar no tensionamento dos discursos sobre quais usos e quais corpos são adequados aos espaços do Plano Piloto, a pegação também opera dentro do campo da identidade dos indivíduos. O corpo masculino, muitas vezes sujeito à performance compulsória da heteronormatividade, encontra nesses percursos uma zona de suspensão temporária, onde a identidade social é posta em *stand-by* em nome do prazer. Nesse regime, o sigilo e a clandestinidade não são apenas reflexos do medo, mas o próprio preço da negociação discursiva da sexualidade masculina, permitindo que homens que não se identificam como gays possam experienciar o homoerotismo sem o custo da filiação social à identidade homossexual.

Neste sentido, a pegação se revela como uma estratégia urbana complexa que vai além do ato sexual furtivo. Ela produz sociabilidades efêmeras, forjando coletividades momentâneas que se opõem à privatização da intimidade e à vinculação normativa entre afeto e domesticidade. A persistência desses percursos, apesar da vigilância e do risco iminente, é a maior evidência da resiliência do desejo frente ao controle estatal e moral. Para os estudos do campo da Arquitetura e Urbanismo, este trabalho aponta para a necessidade de aprofundar, com sensibilidade, os estudos nas interseções do urbano com as dissidências, o que implica reconhecer que não obrigatoriamente tornaremos estes sujeitos visíveis e expostos aos instrumentos técnicos e oficiais do planejamento urbano: existem identidades e sexualidades que dispensam regramento espacial e que se sentem mais protegidas e livres habitando nas margens das normas sociais e, consequentemente, nos interstícios do público/privado e controlado/insubordinado.

Referências

AUGÉ, Marc. *Los no lugares, espacios de anonimato: una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2012.

BABO, Maria Augusta. Algumas considerações prévias sobre a cidade como espaço escritível. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, Lisboa, n. 11, p. 287-298, 1998.

BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. *In:* BARTHES, Roland. A aventura semiológica. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 114-128.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in public. *Critical inquiry*, Inverno, v. 24, 1998.

BRAZ, Camilo. "Dark Room... cadê?!" Reflexões sobre a (ausência de) "pegação" em boates GLS de Goiânia, Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., Florianópolis, 2013. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2013.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CAVALLAZZI, Rosangela Lunardelli. *A plasticidade na teoria contratual*. 1993. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

CORTÉS, José Miguel G. *Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COSTA, Benhur Pinós da. Práticas espaciais de "pegação" homoerótica: o caso dos banheiros públicos nas cidades de Presidente Prudente (SP) e Vitória da Conquista (BA). *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 5, n. 1, p. 152-179, 2014.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. *Internacional situacionista*. v. 1. Paris: Manifesto da Internacional situacionista, 1958.

DISTRITO FEDERAL. *Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987*. Regulamenta o art. 38 da Lei nº 3.751, no que se refere à preservação da concepção urbanística de Brasília. Brasília, DF: Diário Oficial do Distrito Federal, 1987. Disponível em: SEHAB. Acesso em: 2 dez. 2025.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 7–41, 1995.

HOLSTON, James. *A cidade modernista*: uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OLIVEIRA, Thiago de Lima. A produção do "macho" e seus "outros": economia performática do gênero, cidades e marcadores sociais da diferença em contexto de pegação. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 30., João Pessoa, 2016. *Anais [...]*. João Pessoa: Associação Brasileira de Antropologia, 2016

OLIVEIRA, Thiago de Lima; NASCIMENTO, Silvana de Souza. Corpo aberto, rua sem saída: cartografia da pegação em João Pessoa. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, n. 19, p. 44-66, 2015.

PERET, Luiz Eduardo Neves. Pegação, Cidadania e Violências: as territorialidades do ima-

ginário da população LGBT do Rio de Janeiro. *Contemporânea*, ed. 14, v. 08, n. 01, 2010.

PINA, João Pedro Oliveira Pompeu de. Vaga-lumes: a cidade e os corpos dissidentes - a pegação no Aterro do Flamengo. *Pixo*, n. 25, v. 7, p. 174 – 199, 2023.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Revista Estudos Feministas*, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto contrassexual*. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

SLOMSKI, Renato. *Um habitar subversivo na cidade:* a experiência dos corpos dissidentes no Parque da Luz. 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SOUZA, Tedson da Silva. *Fazer banheirão: as dinâmicas das interações homoeróticas nos sanitários públicos da Estação da Lapa e adjacências*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.